



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
MENOR PREÇO**

**EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E
FUNCIONAMENTO DE TANQUES SUSPENSOS PARA CRIAÇÃO DE PEIXES
BUSCANDO A GERAÇÃO DE RENDA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM
DIVERSOS MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF - 7ª SR**

SETEMBRO/2020



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES3
3. REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.5
4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO6
5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS8
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO8
7. PROPOSTA9
8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO11
9. REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA12
10. PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA13
11. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO13
12. REAJUSTAMENTO14
13. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO15
14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS17
15. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO18
16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL18
17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA20
18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF24
19. CONDIÇÕES GERAIS25
20. ANEXOS25



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objetivo deste Termo de Referência é o estabelecimento de normas, critérios, condições contratuais e todas as informações que permitam a elaboração de propostas para contratação de empresa para execução dos serviços de implantação, instalação e funcionamento de tanques suspensos para criação de peixes buscando a geração de renda e segurança alimentar às famílias beneficiadas em diversos municípios na área de atuação da CODEVASF - 7ª SR, nos estados do Piauí e Ceará, conforme quantitativos estimados na planilha de estimativa de custos (anexa).

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

ÁREA DA 7ª SR – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual está afeta as demais unidades técnicas que têm, dentre suas competências, a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência.

CANTEIRO DE OBRAS – Local onde serão implantadas as estruturas fixas e/ou móveis do empreiteiro, com vistas a apoiar suas atividades de execução dos serviços de engenharia. Nestas estruturas estarão incluídas as instalações para as equipes de apoio e eventualmente do pessoal de acompanhamento e controle da CODEVASF.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF. Como responsável pelo acompanhamento dos presentes serviços está a 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, que se localiza a Avenida Manoel Novaes s/nº - Centro - CEP: 47.600-000, Bom Jesus da Lapa/BA.

COMO CONSTRUÍDO (AS BUILT) – É a definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo com as alterações e modificações ocorridas durante a execução da obra ou serviços de engenharia, como desenhos, listas, planilhas, etc.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos serviços.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos no Termo de Referência.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

DIÁRIO DE OBRA – É uma espécie de memorial da obra ou serviços de engenharia, onde são descritos os acontecimentos mais importantes em um determinado dia: os serviços feitos, os equipamentos utilizados - e por quantas horas -, as condições do clima, etc. Caso necessário, também podem ser descritos os problemas na execução de serviços, falhas nos equipamentos, etc.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na implantação. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto. São partes integrantes das especificações técnicas:

- a) Generalidades - incluem o objetivo, identificação da obra ou serviços de engenharia, regime de execução da obra ou serviços de engenharia, fiscalização, recebimento da obra ou serviços de engenharia, modificações de projeto, classificação dos serviços (item c). Havendo caderno de encargos, este englobará quase todos estes aspectos.
- b) Especificação dos materiais - pode ser escrito de duas formas: genérica (aplicável a qualquer obra ou serviço de engenharia) ou específica (relacionando apenas os materiais a serem usados nos serviços de engenharia em questão).
- c) Discriminação dos serviços - especifica como devem ser executados os serviços, indicando traços de argamassa, método de assentamento, forma de corte de peças, etc.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

SERVIÇOS DE ENGENHARIA – São todas as atividades relativas à execução dos serviços de engenharia, de implantação, reforma, recuperação ou ampliação de bem imóvel.

PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DA PROPOSTA DA LICITANTE – Representa o produto do somatório do preço da licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto que se pretende contratar.

PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA – Representa o produto do somatório do preço de referência da CODEVASF de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar.

PLANO DE TRABALHO – Documento que descreve a seqüência de fases de uma tarefa ou a seqüência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL DA OBRA - PGO consiste numa ferramenta de gerenciamento das atividades corriqueiras, relacionadas à questão ambiental, na fase de implantação de serviços de engenharia, de forma a evitar, minimizar e controlar os impactos ambientais relacionados. Esse plano, elaborado por uma equipe especializada em meio ambiente, estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação adequada de medidas ambientais a serem executadas na Área Diretamente Afetada – ADA da obra ou serviços de engenharia. Esse plano tem como objetivo geral assegurar, de forma integrada, que as ações ambientais aqui propostas, sejam implantadas, de forma a zelar pela qualidade ambiental da obra ou serviços de engenharia. Como objetivos específicos:

- a. Executar a obra ou serviços de engenharia de forma a evitar, controlar e/ou mitigar os impactos ambientais associados;
- b. Estabelecer diretrizes que zelem pela melhor qualidade ambiental possível da água, solo, ar, fauna e flora;
- c. Executar trabalhos de educação ambiental junto aos operários da obra ou serviços de engenharia;
- d. Evitar interferências negativas, das atividades na obra ou serviços de engenharia e dos seus colaboradores sobre o meio ambiente.

**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR****Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional**

PROJETO BÁSICO – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço de engenharia, ou complexo dos serviços de engenharia objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra ou serviços de engenharia e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização dos serviços de engenharia e montagem;
- c) Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra ou serviço de engenharia, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra ou serviços de engenharia, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra ou serviços de engenharia, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

PROJETO EXECUTIVO – É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra ou serviços de engenharia, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece o valor unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

RELATÓRIO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA – Documento a ser emitido pela CONTRATADA mensalmente, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências e recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos.

REUNIÃO DE PARTIDA – Reunião com as partes envolvidas, CONTRATADA, CODEVASF e fornecedores, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução dos serviços de engenharia.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Teresina/PI, em cuja jurisdição territorial localizam-se os serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência.

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.

3. REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

3.1 Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário, sendo considerado um Módulo Mínimo a implantação, instalação e funcionamento de no mínimo 5 tanques suspensos, seguindo como referência o Sisteminha Embrapa UFU Fapemig (patente de número PI 0606211-3 A, aperfeiçoado pela Embrapa Parnaíba) a ser licitado. O valor correspondente a um Módulo Mínimo é de R\$ 27.794,32 (vinte e sete mil, setecentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos), estimando-se a implantação, instalação e funcionamento de 50 (cinquenta) módulos.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

3.2 Valor Global Estimado: R\$ 1.389.715,90 (um milhão, trezentos e oitenta e nove mil, setecentos e quinze reais e noventa centavos).

3.3 Critério de Julgamento: Menor Preço.

3.4 Modo de Disputa: Aberto, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de **R\$ 10,00 (dez reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto e relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4 LOCALIZAÇÃO DO OBJETO

4.1 Os serviços serão executados em municípios diversos inseridos na área de atuação da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF em comunidades na zona rural ou na Sede dos seguintes municípios:

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ							
1	Acauã	27	Cocal de Telha	53	Lagoa do Barro do Piauí	79	Riacho Frio
2	Agricolândia	28	Cocal dos Alves	54	Lagoa do Piauí	80	Ribeira do Piauí
3	Água Branca	29	Coivaras	55	Lagoa do Sítio	81	Ribeiro Gonçalves
4	Alagoinha do Piauí	30	Colônia do Gurguéia	56	Lagoinha do Piauí	82	Rio Grande do Piauí
5	Alegrete do Piauí	31	Colônia do Piauí	57	Landri Sales	83	Santa Cruz do Piauí
6	Alto Longá	32	Conceição do Canindé	58	Luís Correia	84	Santa Cruz dos Milagres
7	Altos	33	Coronel José Dias	59	Luzilândia	85	Santa Filomena
8	Alvorada do Gurguéia	34	Corrente	60	Madeiro	86	Santa Luz
9	Amarante	35	Cristalândia do Piauí	61	Manoel Emídio	87	Santa Rosa do Piauí
10	Angical do Piauí	36	Cristino Castro	62	Marcolândia	88	Santana do Piauí
11	Anísio de Abreu	37	Curimatá	63	Marcos Parente	89	Santo Antônio de Lisboa
12	Antônio Almeida	38	Currais	64	Massapê do Piauí	90	Santo Antônio dos Milagres
13	Aroazes	39	Curral Novo do Piauí	65	Matias Olímpio	91	Santo Inácio do Piauí
14	Aroeiras do Itaim	40	Curralinhos	66	Miguel Alves	92	São Braz do Piauí
15	Arraial	41	Demerval Lobão	67	Miguel Leão	93	São Félix do Piauí
16	Assunção do Piauí	42	Dirceu Arcoverde	68	Milton Brandão	94	São Francisco de Assis do Piauí
17	Avelino Lopes	43	Dom Expedito Lopes	69	Monsenhor Gil	95	São Francisco do Piauí
18	Baixa Grande do Ribeiro	44	Dom Inocêncio	70	Monsenhor Hipólito	96	São Gonçalo do Gurguéia
19	Barra D'Alcântara	45	Domingos Mourão	71	Monte Alegre do Piauí	97	São Gonçalo do Piauí
20	Barras	46	Elesbão Veloso	72	Morro Cabeça no Tempo	98	São João da Canabrava



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

21	Barreiras do Piauí	47	Eliseu Martins	73	Morro do Chapéu do Piauí	99	São João da Fronteira
22	Barro Duro	48	Esperantina	74	Murici dos Portelas	100	São João da Serra
23	Batalha	49	Fartura do Piauí	75	Nazaré do Piauí	101	São João da Varjota
24	Bela Vista do Piauí	50	Flores do Piauí	76	Nossa Senhora de Nazaré	102	São João do Arraial
25	Belém do Piauí	51	Floresta do Piauí	77	Nossa Senhora dos Remédios	103	São João do Piauí
26	Benedictinos	52	Floriano	78	Nova Santa Rita	104	São José do Divino

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ

105	Bertolínia	135	Francinópolis	165	Novo Oriente do Piauí	195	São José do Peixe
106	Betânia do Piauí	136	Francisco Ayres	166	Novo Santo Antônio	196	São José do Piauí
107	Boa Hora	137	Francisco Macedo	167	Oeiras	197	São Julião
108	Bocaina	138	Francisco Santos	168	Olho D'Água do Piauí	198	São Lourenço do Piauí
109	Bom Jesus	139	Fronteiras	169	Padre Marcos	199	São Luis do Piauí
110	Bom Princípio do Piauí	140	Geminiano	170	Paes Landim	200	São Miguel da Baixa Grande
111	Bonfim do Piauí	141	Gilbués	171	Pajeú do Piauí	201	São Miguel do Fidalgo
112	Boqueirão do Piauí	142	Guadalupe	172	Palmeira do Piauí	202	São Miguel do Tapuio
113	Brasileira	143	Guaribas	173	Palmeirais	203	São Pedro do Piauí
114	Brejo do Piauí	144	Hugo Napoleão	174	Paquetá	204	São Raimundo Nonato
115	Buriti dos Lopes	145	Ilha Grande	175	Parnaguá	205	Sebastião Barros
116	Buriti dos Montes	146	Inhuma	176	Parnaíba	206	Sebastião Leal
117	Cabeceiras do Piauí	147	Ipiranga do Piauí	177	Passagem Franca do Piauí	207	Sigefredo Pacheco
118	Cajazeiras do Piauí	148	Isaías Coelho	178	Patos do Piauí	208	Simões
119	Caldeirão Grande do Piauí	149	Itainópolis	179	Pau D'Arco do Piauí	209	Simplício Mendes
120	Campinas do Piauí	150	Itaueira	180	Paulistana	210	Socorro do Piauí
121	Campo Alegre do Fidalgo	151	Jacobina do Piauí	181	Pavussu	211	Sussuapara
122	Campo Grande do Piauí	152	Jaicós	182	Pedro II	212	Tamboril do Piauí
123	Campo Largo do Piauí	153	Jardim do Mulato	183	Pedro Laurentino	213	Tanque do Piauí
124	Campo Maior	154	Jatobá do Piauí	184	Picos	214	Teresina
125	Canavieira	155	Jerumenha	185	Pimenteiras	215	União
126	Canto do Buriti	156	João Costa	186	Pio IX	216	Uruçuí
127	Capitão de Campos	157	Joaquim Pires	187	Piracuruca	217	Valença do Piauí



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

128	Capitão Gervásio Oliveira	158	Joca Marques	188	Piripiri	218	Várzea Branca
129	Caracol	159	José de Freitas	189	Porto	219	Várzea Grande
130	Caraúbas do Piauí	160	Juazeiro do Piauí	190	Porto Alegre do Piauí	220	Vera Mendes
131	Caridade do Piauí	161	Júlio Borges	191	Prata do Piauí	221	Vila Nova do Piauí
132	Castelo do Piauí	162	Jurema	192	Queimada Nova	222	Wall Ferraz
133	Caxingó	163	Lagoa Alegre	193	Redenção do Gurguéia		
134	Cocal	164	Lagoa de São Francisco	194	Regeneração		
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ							
1	Ararendá	6	Ibiapina	11	Nova Russas	16	Tamboril
2	Carnaubal	7	Independência	12	Novo Oriente	17	Tianguá
3	Crateús	8	Ipaporanga	13	Poranga	18	Ubajara
4	Corata	9	Ipu	14	Quiterianópolis	19	Viscosa do Ceará
5	Guaraciaba do Norte	10	Ipueiras	15	São Benedito		

5 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços de engenharia objeto desta licitação encontram-se descritos e caracterizados no Projeto Executivo, Desenhos e Especificações Técnicas e quantificados na Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência, que integram este Termo de Referência (Anexo V e Anexo VII).

5.2 O objeto do presente certame licitatório será executado compreendendo basicamente o seguinte serviço:

Item 01 Execução dos serviços de implantação, instalação e funcionamento de tanques suspensos para criação de peixes buscando a geração de renda e segurança alimentar às famílias beneficiadas em diversos municípios na área de atuação da CODEVASF - 7ª SR.

6 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente com o objeto desta licitação, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.2 CONSÓRCIO

6.2.1 Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de empresas.

6.3 SUBCONTRATAÇÃO



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

6.3.1 Não será permitida a subcontratação na execução do objeto deste TR.

6.4 VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

6.4.1 A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO será obrigatória**, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

6.4.2 É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

6.4.3 Os custos de visita aos locais dos serviços de engenharia correrão por exclusiva conta da licitante.

6.4.4 Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executados os serviços de engenharia, as licitantes deverão contatar com a Gerência Regional de Revitalização de Bacias Hidrográficas da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, em Teresina, no estado do Piauí no telefone: 7ª GRR (86) 3215-0152.

6.4.5 A declaração de que conhece o local onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças será emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração – Anexo II deste TR), através dos seus prepostos.

7 PROPOSTA

7.1 A Proposta de preço deverá ser firme e precisa; limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.

7.2 A Proposta constitui-se dos seguintes documentos:

- a) Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante (Planilha Detalhada) com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Detalhada) – Anexo IV, que é parte integrante deste Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela CODEVASF, conforme inciso I do art. 54 da Lei nº 13.303 de 30/06/2016.

**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR****Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional**

- b) Junto com a proposta, a Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante deverá ser apresentada em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma.
- c) As Planilhas de Custos Resumida e Detalhada da Licitante deverão ser preenchidas e assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966.
- d) Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço.
- e) O licitante deverá preencher os formulários próprios de composição de preços unitários, ofertados por item e subitem, com clareza, sem rasuras, vedado a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.
 - A planilha de composição de preços unitários deverá ser apresentada também em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
 - O licitante deverá apresentar a planilha de composição de preços unitários em conformidade com a Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante;
 - O licitante deverá, na composição de preços unitários de mão-de-obra, observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município;
 - No caso de existirem itens de serviços repetidos na Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante será necessário apresentar apenas uma composição de preços unitários, referenciando os itens aos quais pertence à composição, sendo necessário entregar as referidas composições na mesma ordem e com os mesmos nomes dos serviços constantes das planilhas, devendo estar devidamente assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966;
 - As composições de custos unitários poderão ser verificadas quanto à adequação ao projeto, cabendo à comissão solicitar a compatibilidade da composição de custo unitário ao projeto.
- a) Detalhamento dos Encargos Sociais (Quadro PO-I) – Anexo III.
 - Encargos Sociais distintos para mensalistas e horistas.
- b) Detalhamento do BDI (Quadro PO-II) – Anexo III.
 - Um quadro para os serviços (Quadro PO-II), sob pena de desclassificação da proposta;
 - No preenchimento dos Quadros – Detalhamento do BDI, a licitante deverá considerar todos os impostos, taxas e tributos, conforme previsto na legislação vigente, ou seja, aplicado sobre o preço de venda dos serviços de engenharia;
 - Deverá ser considerado na apresentação da proposta, o BDI com ISS de 5% (cinco por cento). Como os serviços abrangem municípios distintos, o valor do pagamento será ajustado de acordo com o ISS do município ao qual serão realizados os serviços;
 - Não poderão ser considerados no Detalhamento do BDI, bem como na Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante, os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ;
 - No detalhamento do BDI – Quadros PO-XV, não deverá constar do item “Despesas Financeiras” a previsão de despesas relativas aos dissídios;
 - Os custos referentes aos serviços de Administração Local e Manutenção do Canteiro (AM), se cabível, não poderão ser considerados como despesas indiretas e, portanto, não deverão constar do BDI. A licitante deverá apresentar um montante global específico para os serviços de “AM” na Planilha de Custos do Valor da Proposta, onde deverão estar contemplados os itens transporte de pessoal, mão-de-obra, ferramentas, medicina e segurança do trabalho, seguros, alimentação do pessoal, veículos e equipamentos, outros materiais diversos, controle tecnológico, comunicação e energia, etc., devendo observar os quantitativos mínimos necessários ao atendimento do escopo do Termo de Referência, quando aplicável.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

- c) Cronograma Físico-Financeiro dos itens da Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante (Planilha Resumida), obedecendo às atividades e prazos, com quantitativos previstos mês a mês, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços, conforme estabelecido neste TR.

7.3 A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal da licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços e fornecimentos descritos na Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante (Planilha Resumida ou Detalhada), nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução, transporte até o local da execução dos serviços de engenharia, carga, transporte e descarga de materiais destinados ao bota-fora. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.

7.4 A licitante deverá prever todos os acessos necessários para permitir a chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços de engenharia, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os eventuais custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da CONTRATADA.

7.5 A licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução dos serviços de engenharia, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.

8 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.1 A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, conforme legislação vigente.
- b) Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços (conforme subitem 6.4.5. e Anexo II) informando que tem conhecimento do local onde serão executados os serviços de engenharia, emitida pelo próprio licitante, assinada pelo(s) o(s) Responsável (is) Técnico(s) ou Representante Legal.
- c) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT – dos profissionais, expedida(s) pelo CREA onde os serviços foram executados, que comprove que a licitante tenha executado serviços de implantação, instalação e funcionamento de tanques suspensos em condições similares desta licitação, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas nesse Termo de Referência.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

- d) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior com graduação em Engenharia de Pesca ou Engenharia de Aquicultura, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT ou equivalente, expedida por Conselho, que comprove ter o profissional executado serviço(s) relativo(s) projetos de engenharia na área de aquicultura.
- d1) Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:
- O empregado;
 - O sócio;
 - O detentor de contrato de prestação de serviço.
- d2) A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
- d3) Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma;
- d4) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

9 REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As indicações das despesas orçamentárias para a contraprestação dos serviços, sob a gestão da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, serão definidas na etapa de formalização do contrato, conforme Art. 7º, § 2º, do Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

9.2 O valor total estimado para a contratação dos serviços de engenharia, objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 1.389.715,90 (um milhão, trezentos e oitenta e nove mil, setecentos e quinze reais e noventa centavos)**; com data base de Agosto/2020.

9.3 Estão inclusos no valor acima, o BDI, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e os preços de referência da CODEVASF para os itens necessários à execução do objeto constam da Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência – Anexo IV, parte integrante deste Termo de Referência.

9.4 O valor estimado para a contratação foi elaborado com base no Sistema de Preços, Custos e Índices da Caixa Econômica Federal **SINAPI – Julho/2020**; **ORSE - Junho/2020**, tabela de engenharia consultiva e de diárias da CODEVASF/2020 e cotações específicas de mercado para o estado do Piauí e Ceará, atendendo ao disposto no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

9.4.1 No orçamento de referência foram consideradas as seguintes taxas de BDI e Encargos Sociais:

BDI:		Serviços: 26,33 %		Fornecimento: 00%	
ENCARGOS SOCIAIS:		111,17% Horista		70,17 % Mensalista	
OUTROS:		PIS: 0,65 %		COFINS: 3,00 %	
				CPRB: 00 %	

9.5 O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

10 PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

10.1 O prazo para vigência do SRP será de 12 (doze) meses.

10.2 O prazo de execução dos contratos firmados a partir do presente SRP, será de 24 meses (vinte e quatro) meses a contar a partir da data de assinatura de emissão da Ordem de Serviço, contado em dia consecutivo, a depender do volume de serviço contratado, respeitado o prazo estabelecido para a execução do Módulo Mínimo (cinco tanques de peixes), conforme cronograma físico, que integra este Termo de Referência.

10.3 A emissão da Ordem de Serviço só ocorrerá após a anuência ambiental, conforme legislação do município ao qual serão realizados os serviços.

11 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 Os pagamentos dos serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições mensais conforme o que foi efetivamente executado no período, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da CODEVASF, formalmente designada, e do respectivo Boletim de Medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

11.1.1 A CODEVASF somente pagará a CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.

11.1.2 Somente serão pagos os materiais e equipamentos instalados, assentados e utilizados, mediante atesto pelo fiscal do contrato.

11.1.3 Nos preços apresentados pela Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

11.2 Administração Local e Manutenção de Canteiro (AM) – será pago conforme o percentual de serviços executados (execução física) no período, conforme a fórmula abaixo, limitando-se ao recurso total destinado para o item, sendo que ao final do serviço o item será pago 100%, se cabível.

$$\%AM = \frac{\text{ValordaMediçãoSemAM}}{\text{ValordoContratoSemAM}}$$

11.2.1 Administração Local e Manutenção de Canteiro (AM), se cabível, terá como unidade, na Planilha de Custos, a medida “global”, e será pago mensalmente o valor absoluto, com no máximo duas casas decimais, oriundo do produto entre o percentual da fórmula supracitada e o valor total da “AM”.

11.2.2 Caso haja atraso no cronograma, por motivos ocasionados pela CODEVASF, será pago o valor total da Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL), se cabível, prevista no período da medição no cronograma físico-financeiro de execução previamente aprovado.

11.3 O cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante deve atender as exigências deste TR e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da emissão da ordem de serviço, ou durante a execução do contrato, desde que devidamente autuado em processo, contemporâneo à sua ocorrência (Art. 81 da Lei nº 13.303/2016).

12 REAJUSTAMENTO

12.1 Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados aplicando-se a seguinte fórmula (desde que todos os índices tenham a mesma data base):

$$R = Vx \left[\frac{Ti - }{ } \right]$$

Onde:

- **R**: valor do reajustamento
- **V**: valor a ser reajustado
- **Ti** – Refere-se à coluna 40 da FGV – Estruturas de Obras em Concreto Armado, cód. AO159665, correspondente ao mês de aniversário da proposta.
- **To** – Refere-se à coluna 40 da FGV – Estruturas de Obras em Concreto Armado, cód. AO159665, correspondente ao mês de apresentação da proposta.

12.2 Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$I_{DB1}^{Mês2} = \frac{I_{DB2}^{Mês2} \times I_{DB1}^{Mês1}}{100}$$

Sendo:



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

- $I_{DB1}^{Mês2}$ = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.
- $I_{DB2}^{Mês2}$ = Índice do mês de reajuste com a nova data base.
- $I_{DB1}^{Mês1}$ = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

13 ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.

13.2. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF, o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

13.3. Participar da Reunião de Partida entre as partes envolvidas, CODEVASF e CONTRATADA, onde serão definidos todos os detalhes do Plano de Trabalho e dar-se-á o “*start up*” da execução dos serviços.

13.4. Acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, “*in loco*”, como representante da CODEVASF, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços.

13.5. Esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da CONTRATADA ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.

13.6. Checar se a CONTRATADA disponibilizou as instalações, equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.

13.7. Acompanhar a elaboração do “*as built*” (como construído) ao longo da execução dos serviços, quando couber.

13.8. Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização contratada pela CODEVASF, quando houver, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.

13.9. Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.

13.10. Informar ao titular da unidade orgânica demandante e ao gestor de contrato sobre o andamento dos serviços, por meio do Relatório de Acompanhamento Físico – RAF.

13.11. Efetuar os registros e ocorrências diariamente no Diário da Obra.

13.12. Determinar a reparação, correção, remoção, replantação ou substituição, às expensas da CONTRATADA, no total ou em parte, dos serviços nos quais forem detectados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

13.13. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações, substituições de materiais e equipamentos, solicitados pela CONTRATADA.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

13.14. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.

13.15. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o instrumento contratual.

13.16. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.

13.17. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição.

13.18. Encaminhar à Contratada cópia da Licença Ambiental ou Anuência Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação que dispensa os referidos documentos.

13.19. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.

13.20. Receber, analisar, emitir parecer e encaminhar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.

13.21. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.

13.22. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.

13.23. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da execução dos serviços, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da CONTRATADA.

13.24. Receber as etapas dos serviços ou fornecimentos mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.

13.25. Informar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.

13.26. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições e serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.

13.27. Acompanhar e cobrar da CONTRATADA a execução de planos ou programas ambientais, quando houver, bem como o cumprimento das condicionantes da licença ambiental, também quando houver, tomando providências para minimizar impactos de acidentes ambientais.

13.28. Realizar vistorias no local de execução dos serviços e verificar sua conformidade com as normas aplicáveis e com as orientações técnicas, indicações de segurança e uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.

13.29. Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização quantitativa e qualitativa dos materiais e equipamentos empregados, com a finalidade de zelar pela manutenção da qualidade adequada.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

13.30. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

13.31. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

13.32. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

14 RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

14.1 Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá executar todos os serviços descritos no item 5 deste TR, conforme o projeto básico e as especificações técnicas estabelecidas pela CODEVASF.

14.2 Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.

14.3 Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo, para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.

14.4 Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 90 (noventa) dias da data de sua designação.

14.5 Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.

14.6 Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

14.7 Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.

14.8 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

14.9 Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.

14.10 A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
- b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
- c) Liberação da Caução Contratual.

14.11 A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

15 SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

15.1 A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do ISSO e deverá quando couber:

- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- b) Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
- c) Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

16 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1 A Contratada deverá executar os serviços de engenharia em conformidade com a Licença Ambiental e o respectivo estudo ambiental, quando couber, em função da legislação vigente no local de execução dos serviços.

16.2 Na execução dos serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências:

- a) Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação dos serviços públicos.
- b) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- c) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - l) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR****Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional**

- II) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - III) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - IV) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
 - e) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
 - f) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - I) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - II) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - III) Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

16.3 A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da implantação civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Implantação Civil e do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Implantação Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da implantação civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
 - b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- c) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Implantação Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos. Em



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

16.4 A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 A CONTRATADA deverá apresentar à CODEVASF antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

- a) Planejamento em meio eletrônico, no formato MS Project ou software similar, demonstrando todas as etapas previstas para a execução do objeto contratado;
- b) Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima.
- c) As Anotações de Responsabilidade Técnica – ART ou equivalentes referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.
- d) Declaração, nota fiscal ou proposta do fabricante/distribuidor comprovando preços, com garantia de fornecimento, dos principais insumos.

17.2 Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

17.3 Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e/ou Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE em Brasília/DF ou Superintendências Regionais.

17.4 Acatar as orientações da CODEVASF, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.

17.5 Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços e fornecimentos.

17.6 Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.

17.7 Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços de engenharia dentro do prazo contratual.

17.8 Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a CODEVASF, bem como todo o material necessário à execução dos serviços objeto do contrato.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

17.9 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA ou CAU do local de execução dos serviços de engenharia.

17.10 A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

17.11 Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da CODEVASF.

17.12 A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.

17.13 Caso a CONTRATADA seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.

17.14 A CONTRATADA será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.

17.15 Desfazer e corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.

17.16 Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.

17.17 Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a CODEVASF e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a CODEVASF isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.

17.18 A CONTRATADA será responsável, perante a CODEVASF, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.

**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

17.19 A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.

17.20 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

17.21 A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para na execução dos serviços de engenharia, objeto da presente licitação, atender ainda às seguintes normas complementares:

- a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da CODEVASF.
- b) Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- c) Atendimento a todas as condicionantes ambientais das licenças, quando couber.

17.22 Manter em local visível no canteiro de obras, se houver, cópia da Anuência Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação de dispensa do referido documento.

17.23 Atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas à execução dos serviços, quando couber.

17.23.1 Realizar e executar o Plano de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas (PRAD) das áreas onde forem realizadas intervenções em função dos serviços, quando couber.

17.23.2 Os serviços/fornecimentos contratados deverão ser executados em total conformidade com legislação ambiental vigente em todas as esferas e com o cumprimento dos atos administrativos ambientais inerentes ao empreendimento em questão, mediante observância dos termos e registros sistemáticos, como forma de comprovar a execução.

17.23.3 A empresa deverá emitir um relatório mensal específico acerca da regularidade ambiental do empreendimento, demonstrando a fiel observância das licenças e atos administrativos ambientais correlatos, bem como de toda a legislação ambiental vigente.

17.24 Submeter à aprovação da fiscalização os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços de engenharia objeto do contrato, inclusive os traços dos concretos a serem utilizados.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

17.25 Salvo disposições em contrário que constem do termo de contrato, os ensaios, testes, exames e provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto correrão por conta da CONTRATADA e, para garantir a qualidade dos serviços, deverão ser realizados em laboratórios aprovados pela fiscalização.

17.26 Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., existentes no local ou decorrentes da execução do objeto desta licitação, bem como pelos danos que vier causar à CODEVASF e a terceiros.

17.27 Exercer a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local dos serviços, inclusive dos barracões e instalações, quando houver.

17.28 Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da CONTRATADA.

17.29 A CONTRATADA deverá manter um Preposto, aceito pela **CODEVASF**, no local do serviço, para representá-la na execução do objeto contratado.

17.30 A CONTRATADA deverá comunicar à Fiscalização toda a mobilização de pessoal e equipamentos, quando da chegada ao local dos serviços, a qual deverá ser devidamente anotada no Diário de Obras, para acompanhamento e controle da **CODEVASF**.

17.31 O cronograma de implantação deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços de engenharia, em função do planejamento previsto pela CONTRATADA e dos fornecimentos de responsabilidade da CODEVASF, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.

17.32 Durante a execução dos serviços, caberá à CONTRATADA instalar e manter em local a ser determinado pela **CODEVASF** placa de identificação do serviço, com as seguintes informações: nome da empresa (contratada), RT pelos serviços com a respectiva ART, nº do Contrato e contratante (**CODEVASF**, conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução CONFEA nº 198/1971).

17.33 A placa de identificação dos serviços deve ser no padrão definido pela **CODEVASF** e em local por ela indicado, cujo modelo encontra-se na publicação Instruções para a Preparação de Placas de Obras Públicas, anexas aos TR, independente das exigidas pelos órgãos de fiscalização de classe – Anexo VII.

17.34 Obter junto à Prefeitura Municipal correspondente o alvará de implantação na forma das disposições em vigor.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

17.35 Manter no local dos serviços de engenharia um Diário de Ocorrências, no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc., como também, reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela CONTRATADA em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão dos serviços de engenharia.

17.36 Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantia a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços, se cabível.

17.37 Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços de engenharia.

17.38 Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.

17.39 Manter no local dos serviços de engenharia uma pasta com todos os documentos previstos e necessários para execução do objeto (ART's ou equivalentes, anuências ambientais, projeto básico, alvarás, etc).

18 OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

18.1 Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

18.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

18.3 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

18.4 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

18.5 Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

18.6 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os serviços contratados.

18.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

19 CONDIÇÕES GERAIS

19.1 O resultado do fornecimento e execução dos serviços de engenharia objeto do certame licitatório, incluindo os desenhos originais, as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto do que será executado, serão de propriedade da CODEVASF, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.

19.2 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

20 ANEXOS

São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

- Anexo I: Justificativas;
- Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços;
- Anexo III: Detalhamento dos Encargos Sociais e do BDI;
 - Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista e Mensalista (Quadro PO-I);
 - Detalhamento do BDI (Quadro PO-II);
- Anexo IV: Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Detalhada);
- Anexo V: Memorial e Especificações Técnicas do Projeto Executivo;
- Anexo VI: Desenhos e memoriais;
- Anexo VII: Manual de Uso da Marca do Governo (modelo de placa);



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

ANEXO I: Justificativas

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação:

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado do Piauí em 2010 foi o terceiro menor no ranking nacional, superando apenas os dos estados do Maranhão e de Alagoas (PNUD, 2012). Com o intuito de melhorar as condições de vida de comunidades rurais algumas ações de inclusão produtiva têm sido propostas para o fortalecimento e estruturação de atividades produtivas no Piauí (CASTRO et al., 2010). Segundo Pinheiro (2003), a aquicultura, como meio de subsistência, tem elevado valor social às comunidades dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, uma vez que é uma alternativa de renda para pescadores e agricultores. No Piauí, a piscicultura vem sendo usada como uma das estratégias de inclusão produtiva no meio rural, aumentando as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo, além da produção de proteína (FOGAÇA et al., 2015).

A CODEVASF tem por missão promover o desenvolvimento e a revitalização das bacias dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim, entre outros, estimulando a utilização sustentável dos recursos naturais e a estruturação de atividades produtivas que promovam a inclusão econômica e social e, assim, o desenvolvimento das regiões onde atua (CODEVASF, 2019).

Nos estados do Piauí e Ceará, ao longo das Bacias dos Rios Parnaíba e Poti, a CODEVASF tem fomentado o fortalecimento das atividades produtivas assistindo famílias e comunidades organizadas como pessoas jurídicas (associações, cooperativas, colônias de pescadores, entre outras) tendo como foco principal a promoção social e a geração de trabalho e renda. Desse modo, como forma de inclusão produtiva, estrategicamente a CODEVASF tem apoiado a estruturação, fortalecimento e o desenvolvimento de projetos de piscicultura familiar, por meio de capacitações, fomento (equipamentos e insumos) e implantação de viveiros escavados em incentivo à criação de peixes, possibilitando assim o surgimento de pequenos piscicultores.

Porém, o alto custo para implantação de projetos de piscicultura tende a inviabilizar o apoio a esta atividade, principalmente em regiões de semiárido onde a disponibilidade de água é escassa, como ocorre na área de atuação da CODEVASF - 7ª SR. A implantação de viveiros em sistemas convencionais de criação de peixes, por exemplo, tem investimento relativamente elevado por requer grandes movimentações de terra, exigir grandes áreas e um volume significativo de água para desenvolver a piscicultura. Ao contrário a utilização de tanques suspensos para criação de peixes tem custo extremamente baixo, sua implantação necessita de curto período de tempo, e requer baixos volumes de água, mostrando-se uma alternativa bastante viável para as condições de semiárido. Vale ressaltar que o impacto provocado por esse sistema ao meio ambiente é praticamente zero, tendo em vista que a água de cultivo passa por um processo simples e eficiente de filtragem e retorna ao tanque (recirculação). Isto possibilita aos pequenos piscicultores fazerem um uso mais consciente e eficiente da água.

A implantação de tanques suspensos para criação de peixes, nos moldes dos apresentados nesse TR, portanto, segundo especialistas da área é mais vantajosa e ideal para pequenos produtores familiares, sendo extremamente recomendada principalmente devido:

- a) Ao baixo custo de investimento inicial;
- b) Ser um sistema que pode ser integrado a outras culturas (agricultura, avicultura, etc) e de fácil adaptação às necessidades, experiência e preferências do produtor, bem como as condições edafoclimáticas e de mercado local;



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

- c) Ser apropriada para pequenos espaços (a partir de 100 m²), em áreas urbanas e rurais; e é uma solução dimensionada para atender às necessidades nutricionais de uma família de quatro pessoas, no atendimento às recomendações nutricionais da Organização Mundial da Saúde (OMS);
- d) Necessitar de um baixo volume de água, o que torna possível a criação de peixe em regiões mais áridas, sendo inclusive possível a utilização de água de poços com baixo teor de salinidade, mostrando-se ser ideal para dar oportunidade às famílias que vivem no semiárido nordestino;
- e) Ser uma tecnologia simples e fundamentada em quatro princípios: miniaturização, replicabilidade, escalonamento da produção, segurança alimentar e nutricional;
- f) Ao meio ambiente: os impactos ambientais negativos gerados pela implantação de um tanque suspenso desses é baixíssimo, pois a recirculação de água, e o resíduo gerado poderá ser usado de forma integrada com a agricultura.

Nesse sentido, a implantação, instalação e funcionamento de tanques suspensos para a criação de peixes vai ao encontro dos interesses da CODEVASF em promover a implantação de tecnologias que impactem a geração de renda e qualidade de vida de produtores e contribuam para a implementação de políticas públicas de inclusão social que ampliem a participação desse segmento na economia regional, na sua área de atuação.

Regime de execução - Empreitada por Preços Unitários: Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela CONTRATADA.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços, o Art. 7º do Decreto nº. 7.892, de 23.01.13, não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Desapropriação: Não aplicável, tendo em vista que não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, assim sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Critério de Julgamento: Menor Preço, de acordo com o Art.54 da Lei n.º 13.303/2016.

Divulgação do valor orçado: Será divulgado o valor orçado para servir como base, tendo em vista que o critério de julgamento de menor preço.

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR****Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional**

Garantia de Execução (caução): É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Aprovação do Projeto Executivo e Planilhas Orçamentárias (Custo): Aprovo o projeto Executivo presente nesse Termo de Referência. Aprovo também os custos apresentados nas Planilhas Orçamentárias (Anexo VI), sendo condizentes com os de mercado e referenciados nas planilhas oficiais de custo, conforme Decreto nº 7.983 de 08.04.2013, atendendo ao disposto no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos.

Qualificação Técnica: As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Licença Ambiental: Será de responsabilidade da CODEVASF o licenciamento ambiental, na qual será apresentada à contratada quando for emitida a Ordem de Serviço.

Regularização Fundiária: Será de responsabilidade da CODEVASF apresentar a comprovação da propriedade do terreno à contratada quando for emitida a Ordem de Serviço.

Permite Participação de Consórcio: Não: A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente pertinente a participação de empresas individuais e desnecessária a formação de consórcios.

Justificativa Serviços Comuns para realização Pregão Eletrônico e aplicabilidade mediante Sistema de Registro de Preços - SRP:

Os serviços de implantação de tanques suspensos para criação de peixes localizadas em diversos municípios na área de atuação da 7ª Superintendência Regional são serviços de engenharia que podem ser caracterizados tecnicamente como serviços comuns, por tratarem-se de atividades mais simples, que podem ser objetivamente definidas conforme especificações usuais de mercado, o que possui natureza padronizável e pouco complexa, visto que os tanques suspensos apresentam um padrão de implantação típico para qualquer implantação, capazes de atenderem às diversas demandas, sendo indiferente o terreno do município a ser beneficiado (importa, apenas que seja plano).

Vale salientar que existem tanques suspensos para os mais variados fins, seja para utilização como cisterna; Estocagem de líquido; Armazenamento de grãos, adubação biológica; Armazenamento para irrigação ou esterqueiras; Captação de água da chuva; e Reservatório para a criação de camarão e peixes. Tanques suspensos que integram Sistemas Superintensivos de peixes voltados a larga escala de produção possuem uma estrutura composta de várias unidades, ou seja, com construções de captação de água apropriada, sistema de aeração 24 horas e um sistema de controle de resíduos mais complexos, ficando evidente que neste caso sua implantação integra uma obra completa. Os tanques suspensos objeto desta licitação, como relatado ao parágrafo anterior, são os tanques de baixa complexidade, padronizados e instalados de norte a sul no Brasil, não atingem grandes volumes, e é uma tecnologia dominada e replicada de fácil implantação e instalação pois utiliza-se de um sistema simples de filtragem e sedimentação de sólidos através da utilização de um balde de plástico e cordas de polietileno capazes de realizar a retiradas de sólidos da água.

A adoção de Sistema de Registro de Preços também justifica considerando que as demandas são frequentes em diversos municípios nas áreas de atuação da CODEVASF, e poderão ser contratadas de forma parcelada considerando a liberação dos recursos orçamentários.

Ademais, é oportuno citar o Acórdão TCU nº. 3.419/2013-Plenário, Rel. Min. José Múcio Monteiro, DOU de 12.12.2013, o qual, dentre outras situações, julgava também a adequação do objeto ao regime de contratação. Nos itens 11 e 12 do Voto, o Relator diz: 11. “Ocorre que, como assinalado pela unidade técnica, o objeto da licitação não se caracteriza exclusivamente como execução de obras, embora seja admitida a realização de reforma de agências, sem ampliações. A maior demanda prevista é de serviços de readequação de ambientes, sendo que as obras, quando necessárias, são apenas de natureza pontual e complementar. 12. Como, no concreto, os serviços de reforma previstos, além de

**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR****Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional**

materialmente pouco relevantes, estão decompostos em atividades mais simples, típicas de intervenção isoladas, que podem ser objetivamente definidas, conforme especificações usuais no mercado, e possuem natureza padronizável e pouco complexa, entendendo não haver óbice ao emprego do sistema de registro de preços na sua contratação”.

A utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP é aplicável ao objeto desta licitação considerando a imprevisibilidade do quantitativo e/ou do momento em que essas contratações se farão necessárias, e levando em consideração também da imprevisibilidade da disponibilidade de recursos orçamentários diante das necessidades frequentes da contratação desses serviços. Note-se que, dentre outros aspectos, e da necessidade frequente, bem como a inviabilidade de prévia definição da respectiva periodicidade e quantitativos inerentes a cada contratação, o que se presta ainda a justificar a constituição de SRP, em compatibilidade com o disposto no art. 3º., especialmente Incisos I e IV do Decreto nº. 7892/2013.3).

Além do mais, foram realizadas as Análises Comparativas de Custos, sendo possível verificar que os preços dos materiais e equipamentos contidos nessa licitação estão na faixa de preços praticados nos mercados, portanto compatíveis aos preços de mercado, e com valores ocorrendo no intervalo das propostas cotadas. A cotação dos preços foi feita através do SINAPI/PI (Data Base: julho/2020 sem desoneração), no mercado local, tabela de engenharia consultiva e de diárias da CODEVASF/2020, podendo ser aferidos em conformidade com a NBR 12.271 da ABNT.

Divulgação de Intenção de Registro de Preços – IRP – Sim. A divulgação da IRP é sempre preferencial, cabendo justificativa em caso de dispensa de divulgação, conforme artigo 4º do Decreto nº 7.892/13.

- Número máximo de participantes da IRP: 02 participantes, em conformidade com a capacidade de gerenciamento. Art. 4º, § 3º, inc. I do Dec. 7.892/13.
- Não serão aceitos os quantitativos considerados ínfimos ou a inclusão de novos itens. Art. 4º, § 3º, inc. II do Dec. 7.892/13.
- Não será permitida a inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP. Art. 4º, § 3º, inc. III do Dec. 7.892/13.

Permissão a adesões (“caronas”) – Sim. Será permitida adesões a Ata da Registro de Preços, não excedendo ao quantitativo permitido em legislação vigente.

**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR****Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**
7ª Superintendência Regional**ANEXO II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços****MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O Licitante (NOME DA EMPRESA), inscrito no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas os serviços de engenharia, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, ____/____/201____

Assinatura do representante legal

Nome: _____

Função: _____



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

ANEXO III: Detalhamento dos Encargos Sociais e do BDI

Quadro PO-I - Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista e Mensalista – Sem Desoneração

DISCRIMINAÇÃO		HORISTA	MENSALISTA
		%	%
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS		
A1	INSS	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	-	-
SUBTOTAL DE "A":		36,80	36,80
B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,82	-
B2	Feriados	3,95	-
B3	Auxílio-enfermidade	0,89	0,69
B4	13º salário	10,74	8,33
B5	Licença-paternidade	0,07	0,06
B6	Faltas Justificadas	0,72	0,56
B7	Dias de chuva	1,16	-
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11	0,09
B9	Férias Gozadas	8,08	6,26
B10	Salário Maternidade	0,03	0,03
SUBTOTAL DE "B":		43,57	16,02
C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"		
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,95	3,84
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,12	0,09
C3	Férias Indenizadas	5,00	3,88
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,84	2,98
C5	Indenização Adicional	0,42	0,32
SUBTOTAL DE "C":		14,33	11,11
D	REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO		
D1	Reincidência de A sobre B	16,03	5,90
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,44	0,34
SUBTOTAL DE "D":		16,47	6,24
TOTAIS DE ENCARGOS SOCIAIS:		111,17	70,17



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

ANEXO III: Detalhamento dos Encargos Sociais e do BDI

Quadro PO-II - Detalhamento do BDI – Sem Desoneração

Descrição dos serviços		Preço de Venda (%)		Custo Direto (%)
Administração Central (A)				5,38%
Impostos e Taxas (I)		6,65%		
ISS		3,00%		
PIS		0,65%		
Cofins		3,00%		
CPRB (INSS)		0,00%		
Risco (R)				1,59%
Seguro, garantia (SG)				0,60%
Despesas Financeiras (DF)				1,06%
Lucro (L)				8,48%
BDI SEM DESONERAÇÃO (%)				26,33%

Considerações: Acórdão nº 2622/2013 - TCU /Plenário

$$(*) \text{ BDI (\%)} = (((1 + (AC + S + R + G)) * (1 + DF) * (1 + L) / (1 - I)) - 1) * 100$$

* Considerando a Lei nº 12.844/2013 e Acórdão 2293/2013-TCU -Plenário (Desoneração da Folha de Pagamento)

ANEXO IV: Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Detalhada) - PO

**PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA
(PLANILHA DETALHADA)**

(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA GERAL

Municípios: Diversos municípios na área de atuação da CODEVASF - 7ª SR.

Objeto: Execução dos serviços de implantação, instalação e funcionamento de tanques suspensos para criação de peixes buscando a geração de renda e segurança alimentar às famílias beneficiadas em diversos municípios na área de atuação da CODEVASF - 7ª SR

Referência: SINAPI-PI - JULHO/2020 sem desoneração, Tabelas de Preço de Engenharia CODEVASF/2020 e pesquisas de mercado.

PLANILHA RESUMO

BDI (%): **23,33**

ENCARGOS SOCIAIS (%): **111,17**

Mês de Referência: SINAPI - Julho 2020.

SEM DESONERAÇÃO

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO TOTAL (R\$)
1.0	22225	Execução dos serviços de implantação, instalação e funcionamento de tanques suspensos para criação de peixes buscando a geração de renda e segurança alimentar às famílias beneficiadas em diversos municípios na área de atuação da CODEVASF - 7ª SR	27.794,32	UNID	50	1.389.715,90
VALOR POR MÓDULO IMPLANTADO (R\$):			27.794,32			
VALOR TOTAL DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO:						1.389.715,90

Referência:	SINAPI-PI - JULHO/2020 sem desoneração, ORSE, Tabelas de Preço de Engenharia da CODEVASF/2020 e pesquisas de mercado.
--------------------	---

BDI (%):	23,33
ENCARGOS SOCIAIS (%):	111,17

MÓDULO MÍNIMO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - SEM DESONERAÇÃO						
ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.0		SERVIÇOS INICIAIS				5.759,03
1.1	COMP 01	Mobilização de pessoal e equipamento	mês	1,00	1.340,40	1.340,40
1.2	COMP 02	Desmobilização de pessoal e equipamento	mês	1,00	1.340,40	1.340,40
1.3	COMP 03	Administração Local	mês	1,00	734,67	734,67
1.4	COMP 04	Placa de obra (3,60 m x 1,80 m)	m²	6,48	361,66	2.343,56
2.0		Tanque circular em placas				11.303,27
2.1	COMP 05	Instalação de 05 (cinco) unidades de tanque circular em placas	und	1,00	9.827,74	9.827,74
2.2	COMP 08	Logomarca da CODEVASF em alto relevo	und	5,00	295,11	1.475,53
3.0		Sedimentador e Recirculação (5 unidades)				9.716,78
3.1	COMP 06	Sedimentador e Recirculação (5 unidades)	und	1,00	9.716,78	9.716,78
4.0		Ração e peixamento				1.015,24
4.1	COMP 07	Ração e peixamento (para 5 tanques)	und	1,00	1.015,24	1.015,24
		TOTAL				27.794,32

PLANILHA COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIO SEM DESONERAÇÃO					
SERVIÇO:	Execução dos serviços de implantação, instalação e funcionamento de tanques suspensos para criação de peixes buscando a geração de renda e segurança alimentar às famílias beneficiadas em diversos municípios na área de atuação da CODEVASF - 7ª SR			Data Base: SINAPI-PI - JULHO/2020 sem desoneração, ORSE, Tabelas de Preço de Engenharia da CODEVASF/2020 e pesquisas de mercado.	
COMP 01	MOBILIZAÇÃO DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS		MÊS	R\$ 1.340,40	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO SEM BDI
Consultiva CODEVASF	(B9) Aluguel e manutenção de veículo - Saveiro Robust 1.6 Total Flex 8V	KM	920,00	1,12	1.030,40
	Material impresso	UNID	125,00	0,19	23,75
	Encadernação até 50 fls.	UNID	2,50	2,75	6,88
	VALOR TOTAL				1.061,03
	BDI (26,33%)				279,37
	VALOR TOTAL COM BDI				1.340,40
COMP 02	DESMOBILIZAÇÃO DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS		MÊS	R\$ 1.340,40	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO SEM BDI
Consultiva CODEVASF	(B9) Aluguel e manutenção de veículo - Saveiro Robust 1.6 Total Flex 8V	KM	920,00	1,12	1.030,40
	Material impresso	UNID	125,00	0,19	23,75
	Encadernação até 50 fls.	UNID	2,50	2,75	6,88
	VALOR TOTAL				1.061,03
	BDI (26,33%)				279,37
	VALOR TOTAL COM BDI				1.340,40
COMP 03	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA		MÊS	R\$ 734,67	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO SEM BDI
COMP. AUX	Engenheiro Profissional Junior com encargos complementares	h	5,0000	57,11	285,55
90776	Encarregado geral com encargos complementares	h	10,0000	24,17	241,70
02789/ORSE	Veículo leve - Pickup (97kw)	h	5,0000	10,86	54,30
	VALOR TOTAL				581,55
	BDI (26,33%)				153,12
	VALOR TOTAL COM BDI				734,67
COMP04	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO		M2	R\$ 361,66	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO SEM BDI
88262	Carpinteiro de formas com encargos complementares	h	1,0000	18,68	18,68
88316	Servente com encargos complementares	h	2,0000	14,55	29,10
4417	Sarrafo de madeira não aparelhada *2,5x7* cm, maçaranduba, angelim ou equivalente	m	1,0000	3,42	3,42

4813	Placa de obra (para implantação civil) em chapa galvanizada *n. 22*, de *2,0 x 1,25* m	m²	1,0000	215,00	215,00
5075	Prego de aço polido com cabeça 18 x 30 (2 3/4 x 10)	Kg	0,1100	10,32	1,14
4491	Pontalete de madeira nao aparelhada *7,5 x 7,5* cm (3 x 3 ") pinus, mista ou equivalente da regioao	m	4,0000	4,14	16,56
94962	Concreto magro para lastro traço 1:4,5:4,5 (cimento/areia média/ brita 1) - preparo mecânico	m³	0,0100	237,53	2,38
	VALOR TOTAL				286,28
	BDI (26,33%)				75,38
	VALOR TOTAL COM BDI				361,66
COMP 05	TANQUE CIRCULAR EM PLACAS (5 UNIDADES)	UNID	R\$ 9.827,74		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO SEM BDI
Cotação	Forma de metalon em formato retangular medindo 0,85 x 0,60 m (medida interna).	unid	15,00	71,67	1.075,00
00041930	Tubo de PVC de 200 mm (Formas para colunas dos tanques)	m	9,00	52,57	473,13
00004729	Pó de brita	m³	5	62,23	311,15
00000367	Areia Grossa	m³	5	48,5	242,50
00000369	Areia Amarela (saibro)	m³	2,5	62,5	156,25
00010511	Cimento	saco 50 kg	60	28,7	1.722,00
00042407	Treliça de ferro (6,3 x 4,2 x 4,2 mm) (40 Peças de 3m)	m	120	4,02	482,40
00043059	Ferro para implantação Vergalhão 4.2 mm (35 barras de 12 m)	Kg	45,5	4,65	211,58
92000	Tomada baixa de embutir (1 módulo), 2p+t 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. af. 12/2015	und	2	22,19	44,38
COMP. AUX	Engenheiro Profissional Júnior com encargos complementares	h	19,0000	57,11	1.085,09
88309	Pedreiro com encargos complementares	h	100,00	18,81	1.881,00
88264	Eletricista com encargos complementares	h	5,00	18,99	94,95
	VALOR TOTAL				7.779,43
	BDI (26,33%)				2.048,31
	VALOR TOTAL COM BDI				9.827,74
COMP 06	SEDIMENTADOR E RECIRCULAÇÃO (5 UNIDADES)	UNID	R\$ 9.716,78		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO SEM BDI
Cotação	Bomba submersa	unid	20	191,67	3.833,33
Cotação	Kit Reparo para Bomba SB (2 pares de Coxins, 2 unid. Eixos de aço e 1 anel de borracha)	unid	5	27,67	138,33
Cotação	Balde de plástico de 315,1 x 271,0 x 308,5 mm, capacidade total de 16 L	unid	10	11,67	116,67
Cotação	Corda torcida de polipropileno de 12 mm	Kg	10	32,33	323,33
00020185	Mangueira PVC 50 mm (usada em limpeza para piscinas PVC SEV 1.1/2" azul E.V.A.)	m	15	10,92	163,80
00009868	Tubo de PVC marrom soldável de 25 mm (3/4)	m	15	2,49	37,35

0007122	Tê 90° Soldável Marrom 25mm (3/4") NBR 5648	unid	5	7,37	36,85
0001185	Cap soldável de 25mm de PVC marrom	unid	5	0,83	4,15
Cotação	Mangueira Emborrachada Silicone 3/4 x 2,5 mm	m	10	7,17	71,70
COMP. AUX	Engenheiro Profissional Júnior com encargos complementares	h	19,0000	57,11	1.085,09
88309	Pedreiro com encargos complementares	h	100,0000	18,81	1.881,00
	VALOR TOTAL				7.691,60
	BDI (26,33%)				2.025,18
	VALOR TOTAL COM BDI				9.716,78
COMP 07	RAÇÃO E PEIXAMENTO (PARA 5 TANQUES)	UNID	R\$ 1.015,24		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO SEM BDI
Cotação	Ração micro extrusada para peixe de 0,5 a 1,5 g de peso, 45% PB, vitamina C fosfatada, vitamina E, mananoligossacarídeos - MOS, betaglucanos e óleos essenciais, tamanho de pellet entre 0,8 a 1,1 mm	KG	0,4	12,97	5,19
Cotação	Ração micro extrusada para peixe de 1,5 a 3 g de peso, 45% PB, contendo vitamina C fosfatada, vitamina E, MOS, betaglucanos e óleos essenciais, tamanho de pellet entre 1,3 a 1,5 mm	KG	0,95	12,02	11,42
Cotação	Ração micro extrusada para peixe de 3 a 5 g de peso, 45% PB, contendo vitamina C fosfatada, vitamina E, MOS, betaglucanos e óleos essenciais, tamanho de pellet entre 1,6 a 1,8 mm	KG	1,6	9,76	15,62
Cotação	Ração micro extrusada para peixe de 5 a 8 g de peso, 42% PB, contendo vitamina C fosfatada, vitamina E, MOS, betaglucanos e óleos essenciais, tamanho de pellet entre 1,9 a 2,1 mm	KG	2,4	6,17	14,80
Cotação	Ração extrusada para peixe de 8 a 25 g de peso, 36% PB, contendo vitamina C fosfatada, vitamina E, MOS, betaglucanos e óleos essenciais, tamanho de pellet entre 2,0 a 3,0 mm	KG	10,55	4,43	46,70
Cotação	Ração extrusada para peixe de 25 a 45 g de peso, 35% PB, contendo vitamina C fosfatada, colina, vitamina A, D e E, MOS, betaglucanos e óleos essenciais, tamanho de pellet entre 3,0 a 4,0 mm	KG	17,35	3,70	64,20
Cotação	Ração extrusada para peixe de 45 a 250 g de peso, 28% PB, contendo vitamina C fosfatada, vitamina E, MOS, betaglucanos e óleos essenciais, tamanho de pellet entre 5,0 a 7,0 mm	KG	165,4	2,95	487,38
Cotação	Alevinos de tilápia (750 unidade)	UNID	1	158,33	158,33
	VALOR TOTAL				803,64
	BDI (26,33%)				211,60
	VALOR TOTAL COM BDI				1.015,24

COMP 08	LOGOMARCA DA CODEVASF EM ALTO RELEVO EM CONCRETO APARENTE		UND	R\$	295,11
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO SEM BDI
1323	Chapa de aço fina a quente bitola msg 18, e = 1,20 mm (9,60 kg/m2)	KG	14,9700	5,73	85,78
98746	Solda de topo em chapa/perfil/tubo de aço	M	2,0000	44,58	89,16
39397	Desmoldante para formas metálicas a base de óleo vegetal	L	0,0519	13,29	0,69
94970	Concreto Fck = 20mpa, traço 1:2,7:3 (cimento/ areia média/ brita 1) - preparo mecânico com betoneira 600 l. af_07/2016	M3	0,0480	297,49	14,28
88487	Aplicação manual de pintura com tinta látex PVA em paredes, duas demãos	M2	0,8800	8,16	7,18
88309	Pedreiro com encargos complementares	H	1,2168	18,81	22,89
88316	Servente com encargos complementares	H	0,9360	14,55	13,62
	VALOR TOTAL				233,60
	BDI (26,33%)				61,51
	VALOR TOTAL COM BDI				295,11
COMP. AUX	ENGENHEIRO PROFISSIONAL JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES		H	R\$	72,15
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO SEM BDI
TABELA CONSULTIVA	Engenheiro Júnior	H	1,0000000	55,25	55,25
37372	Exames - horista (coletado caixa)	H	1,0000000	0,35	0,35
37373	Seguro - horista (coletado caixa)	H	1,0000000	0,07	0,07
43462	Ferramentas - família engenheiro - horista (encargos complementares - coletado caixa)	H	1,0000000	0,01	0,01
43486	EPI - família engenheiro - horista (encargos complementares - coletado caixa)	H	1,0000000	0,57	0,57
95402	Curso de capacitação para engenheiro júnior (encargos complementares) - horista	H	1,0000000	0,86	0,86
	VALOR TOTAL				57,11
	BDI (26,33%)				15,04
	VALOR TOTAL COM BDI				72,15

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO									
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	%	VALOR	DIAS					
			R\$	%	10	%	20	%	30
1.0	SERVIÇOS INICIAIS	20,72%	5.759,03	20,00	1.151,81	40	2.303,61	40	2.303,61
2.0	Tanque circular em placas	40,67%	11.303,27	20,00	2.260,65	40	4.521,31	40	4.521,31
3.0	Sedimentador e Recirculação (5 unidades)	34,96%	9.716,78	20,00	1.943,36	40	3.886,71	40	3.886,71
4.0	Ração e peixamento	3,65%	1.015,24	20,00	203,05	40	406,10	40	406,10
	TOTAL SIMPLES	100,00%	27.794,32	20,00	5.558,86	40,00	11.117,73	40,00	11.117,73
	TOTAL ACUMULADO	100,00%	27.794,32	20,00	5.558,86	60,00	16.676,59	100,00	27.794,32

ANEXO V - Memorial Descritivo e Especificações Técnicas do Projeto Executivo
(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)

ANEXO VI: Desenhos e memoriais

DESENHOS E MEMORIAIS – NORMAS/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)

ANEXO VII: Manual de Uso da Marca do Governo

Manual de Uso da Marca do Governo Federal e Modelo de Placas CODEVASF

(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)